

# “CONSTRUINDO CAMINHOS”: INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL EM GRUPO NO CONTEXTO PRISIONAL

“CONSTRUINDO CAMINHOS”:  
GROUP PSYCHOSOCIAL INTERVENTION IN THE PRISON CONTEXT

“CONSTRUINDO CAMINHOS”:  
INTERVENCIÓN PSICOSSOCIAL GRUPAL EN EL CONTEXTO PENITENCIARIO

**RESUMO:** A oferta de intervenções psicossociais em grupo é uma importante diretriz para a Psicologia nas políticas públicas, incluindo o sistema prisional. Apesar disso, a literatura nacional apresenta uma lacuna sobre a descrição de intervenções dessa natureza. O presente artigo, de relato de experiência, visa apresentar aspectos teóricos e técnicos da intervenção psicossocial denominada “Construindo Caminhos”, além de analisar qualitativamente a viabilidade da mesma. A intervenção abrange dez encontros e aborda temáticas que promovem habilidades que buscam preparar o participante para a liberdade. Com arcabouço teórico do pensamento sistêmico, o artigo contempla aspectos pessoais, relacionais e contextuais, a partir dos temas comunicação, percepções sociais, emoções, relações interpessoais e resolução de conflitos. Pode-se considerar que se trata de uma intervenção breve, viável de ser introduzida em estabelecimentos prisionais como forma de promover a saúde. Aferiu-se a aceitabilidade e a satisfação dos participantes, além de mudanças nas narrativas, percepções sociais e formas de resolução de conflitos.

**Palavras-chave:** pensamento sistêmico; intervenção psicossocial; sistema prisional.

**ABSTRACT:** The provision of psychosocial interventions in groups is an important guideline for Psychology in public policies, including the prison system. Despite this, the national literature has a gap in the description of interventions of this nature. This article, an experience report, aims to present theoretical and technical aspects of the psychosocial intervention called “Construindo Caminhos”, in addition to qualitatively analyzing its feasibility. The intervention covers 10 meetings and addresses themes that promote skills that aim to prepare the participant for freedom. With a theoretical framework of Systems Thinking, it includes personal, relational and contextual aspects, based on the themes of communication, social perceptions, emotions, interpersonal relationships and conflict resolution. It can be considered that it is a viable brief intervention to be introduced in prisons as a way to promote health. Participants’ acceptability and satisfaction were measured, as well as changes in narratives, social perceptions and ways of resolving conflicts.

**Keywords:** systems thinking; psychosocial intervention; prison system.

**RESUMEN:** La provisión de intervenciones psicossociales en grupos es una directriz importante para la Psicología en las políticas públicas, incluido el sistema penitenciario. A pesar de ello, la literatura nacional presenta un vacío en la descripción de intervenciones de esta naturaleza. Este artículo, relato de experiencia, tiene como objetivo presentar aspectos teóricos y técnicos de la intervención psicossocial denominada “Construindo Caminhos”, además de analizar cualitativamente su factibilidad. La intervención abarca 10 encuentros y aborda temas que promueven habilidades que tienen como objetivo preparar al participante para la libertad. Con un marco teórico de Pensamiento Sistémico, incluye aspectos personales, relacionales y contextuales, a partir de los temas de comunicación, percepciones sociales, emociones, relaciones interpersonales y resolución de conflictos. Se puede considerar que es una intervención breve viable para ser implantada en los centros penitenciarios como forma de promoción de la salud. Se midió la aceptabilidad y satisfacción de los participantes, así como cambios en las narrativas, percepciones sociales y formas de resolver conflictos.

**Palabras clave:** pensamiento sistémico; intervención psicossocial; sistema penitenciario.

KAMÊNÍ  
IUNG ROLIM<sup>1</sup>

MARCELA  
NUNES PENNA<sup>2</sup>

DENISE FALCKE<sup>3</sup>

<sup>1</sup> IENH e Unisinos,  
São Leopoldo/RS, Brasil

<sup>2</sup> UFRGS,  
Porto Alegre/RS, Brasil

<sup>3</sup> Unisinos,  
São Leopoldo/RS, Brasil

Recebido em: 18/10/2022

Aprovado em: 02/03/2023

## INTRODUÇÃO

Apesar de avanços na garantia de direitos da pessoa presa, como, por exemplo, as Regras de Nelson Mandela (ONU, 2015) e a inserção da saúde da pessoa presa transversalizada, a partir do Sistema Único de Saúde (SUS) (Brasil, 2003b; Brasil, 2014), a situação do sistema prisional brasileiro segue sendo caracterizada por um cenário de violência em diferentes âmbitos, considerando em especial as insalubres condições dos estabelecimentos prisionais (Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e Comissão da Cidadania e Direitos Humanos, 2017; Soares Filho & Bueno, 2016).

Conforme dados do Departamento Penitenciário Nacional e Ministério da Justiça e da Segurança Pública (2016), no ano de 2016, 726.712 pessoas estavam encarceradas no Brasil. Em 2021, esse número subiu para 811.707, constituindo a terceira maior população prisional do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos (2,68 milhões) e da China (1,6 milhão), conforme dados da *World Prison Brief* (2021). Ademais, destaca-se um percentual de 33,29% de pessoas privadas de liberdade ainda sem condenação (Ministério da Justiça e Segurança Pública e Departamento Penitenciário Nacional, 2017), um elevado índice de reincidência, que chega a 71,4%, além de grande rotatividade, caracterizada pelo fato de as pessoas privadas de liberdade serem transferidas para diferentes estabelecimentos prisionais ao longo do cumprimento da pena (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada [IPEA], 2015).

Partindo desse cenário e buscando deslocar-se das práticas de exames criminológicos (Rauter, 2007), profissionais da psicologia passaram a discutir o seu papel junto a práticas que poderiam estar contribuindo para processos de exclusão (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2012). Consolidar a psicologia como promotora de direitos, saúde e bem-estar no ambiente prisional, em detrimento de práticas individualizantes e patologizantes, passa a ser o foco de diferentes autores brasileiros nesse cenário (Bandeira, 2012; Bandeira, Camuri, & Nascimento, 2011; Barros & Amaral, 2016; Bocco, 2013; Carvalho, 2011; Hoffman, 2012; Karam, 2011; Kolker, 2011; Rauter, 2007, 2016; Rossotti & Bicalho, 2012).

Contudo, muitas são as dificuldades encontradas para realização de acompanhamentos sistematizados e longitudinais nesse contexto. Conforme levantamento realizado pelo IPEA (2015), em decorrência do reduzido número de profissionais, esses acabam por realizar sobremaneira atendimentos de urgência. Tais aspectos também foram presentes em um levantamento realizado com 112 Técnicos Superiores Penitenciários da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), no ano de 2017. A falta de autonomia profissional, o alto nível de adoecimento e a percepção de uma preparação insuficiente ou inadequada para atuar no Sistema Prisional foram apontadas como principais dificuldades, além da superlotação que dificulta a realização do tratamento penal e a ausência de apoio para realização do trabalho técnico (Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e Comissão da Cidadania e Direitos Humanos, 2017).

Por meio da realização de uma revisão sistemática da literatura sobre avaliação de intervenções psicológicas no contexto prisional, publicadas no período entre 2010 e 2020, foram identificados 24 artigos que abordam intervenções breves e em grupo, realizadas na China, na Espanha, na Inglaterra, no Reino Unido, nos Estados Unidos e no Irã (Rolim, Oliveira, Neis & Falcke, 2021). Alguns estudos focaram na diminuição de reincidência de violência sexual e de gênero e na diminuição de sintomas de ansiedade e depressão e de uso de substâncias, mostrando-se promissores.

Também foram identificados programas que apresentam evidências robustas de eficácia e efetividade. No Canadá, desde 1985, existe o programa multimodal *Reasoning and Rehabilitation*, elaborado por Ross e Fabiano (1985), que aborda aspectos cognitivos e a mudança de comportamento, objetivando a diminuição da reincidência criminal. O programa está alicerçado em 36 encontros grupais, duas vezes na semana, organizados a partir de nove módulos que incluem: resolução de problemas; habilidades sociais; habilidades de negociação; gestão de emoções; pensamento criativo; melhoria de valores; raciocínio crítico; revisão de habilidades; exercícios cognitivos. Sobre este programa, Tong e Farrington (2006) realizaram uma meta-análise com 1.444 participantes do programa e aferiram uma taxa de redução de reincidência criminal de 36,4%. Destaca-se que considerar essa taxa como um preditor de eficácia tem sido problematizado (Malaguti, 2008), mas trata-se de um fator que tem levado esse programa a ser realizado em diferentes contextos além do Canadá, como no Reino Unido e nos Estados Unidos.

Uma adaptação desse programa foi realizada no contexto do México, por Ross, Fabiano, Garrido e Gómez (1993). Trata-se do programa El Pensamiento Prosocial (PPS), composto por 12 sessões e que tem o objetivo de prevenir e reduzir a frequência do comportamento criminoso e a dependência química. Os doze encontros são organizados a partir de nove módulos: resolução de problemas; aptidões sociais; aptidões de negociação; controle emocional; pensamento criativo; desenvolvimento de valores; raciocínio crítico; revisão de aptidões; exercícios cognitivos. Genovés e Piñana (1996) identificaram efeitos positivos dessa intervenção na adaptação social, na capacidade de definir problemas e na redução das taxas de reincidência dos participantes.

Já o programa Gerar Percursos Sociais (GPS) (Rijo et al., 2007), desenvolvido em contexto português, está alicerçado em cinco módulos: comunicação, relacionamento interpessoal, distorções cognitivas, significado das emoções e armadilhas do passado (Rijo & Sousa, 2004; Rijo et al., 2007), perfazendo um total de 40 sessões. Um ensaio clínico randomizado com 48 homens privados de liberdade, com idades entre 19 e 41 anos, identificou que os participantes do grupo experimental apresentaram menores escores em traços de raiva no pós-teste (subescalas de temperamento e reação), paranoia e vergonha externa (Brazão et al., 2015a), além da tendência de melhora clínica nos processos desadaptativos nas principais crenças subjacentes ao comportamento antissocial (Brazão et al., 2015b).

Também em Portugal, Silva (2012) desenvolveu o programa Aprender a Mudar, que foi adaptado a partir dos programas PPS (Ross et al., 1993) e GPS (Rijo et al., 2007). Esse programa conta com 16 sessões semanais, organizadas a partir de três módulos: comunicação, relacionamento interpessoal, emoções e regulação emocional. Esse programa demonstrou eficácia terapêutica através da melhora no funcionamento psicológico e social dos 25 participantes que o concluíram.

Fortalecer a psicologia como um dispositivo de redução de danos e prevenção de agravos psicossociais para as pessoas em cumprimento de pena também pode reverberar nos demais atores sociais envolvidos nesse sistema. Nesse sentido, Rijo et al. (2007) e Silva (2012) apontam a necessidade de que as intervenções sejam personalizadas às demandas de cada público atendido. Considerando as demandas da população prisional brasileira, compreende-se que priorizar a promoção de saúde, através do fortalecimento de habilidades cognitivas, emocionais e interpessoais, mostra-se em consonância com a consolidação da psicologia como promotora de direitos, saúde e bem-estar no ambiente prisional, conforme recomenda a literatura (Bandeira, 2012; Bandeira, Camuri, & Nascimento, 2011; Barros, & Amaral, 2016; Bocco, 2013; Carvalho, 2011; Hoffman, 2012; Karam, 2011; Kolker, 2011; Rauter, 2007, 2016; Rossotti, & Bicalho, 2012).

Partindo desse cenário, o presente estudo apresenta a elaboração de uma intervenção psicossocial em grupo, denominada Construindo Caminhos, focada em homens privados de liberdade. Buscou-se também aferir se o Construindo Caminhos se trata de uma intervenção viável de ser replicada à população prisional brasileira, considerando os critérios de viabilidade (Bowen et al. 2009) no que diz respeito aos itens: aceitabilidade/satisfação, demanda, implementação, adaptação, integração e praticidade.

Destaca-se que o presente programa foi pensado para atendimento à população carcerária, a partir da perspectiva indicada pelo CFP (2012, 2021), em que o psicólogo, no contexto prisional, deve realizar intervenções com o objetivo de romper com a lógica do aprisionamento, no fortalecimento dos laços sociais e na promoção social, trazendo a subjetividade e suas potencialidades para uma posição de evidência, assim como preparar as pessoas para suas vidas extramuros.

Optou-se pela criação de uma intervenção, ao invés da adaptação de uma das existentes, considerando as características do sistema prisional do Brasil que envolve, como dito anteriormente, superlotação, grande rotatividade e um número elevado de pessoas aprisionadas ainda sem condenação. Essas características exigem uma intervenção mais breve e com atividades adaptáveis para ambientes com possíveis interferências.

## MÉTODO

Inicialmente, foi realizada uma revisão sistemática das produções científicas, nacionais e internacionais, sobre intervenções realizadas em ambiente prisional (Rolim, Oliveira, Neis & Falcke, 2021). A partir dos resultados encontrados, foram realizadas entrevistas com profissionais *experts*: dois psicólogos que trabalham na Superintendência dos Serviços Penitenciários do Rio Grande do Sul (SUSEPE) há aproximadamente oito anos e que possuem especialização e/ou mestrado, além de uma psicóloga, doutora e com larga experiência no desenvolvimento de intervenções psicossociais.

Considerando os apontamentos realizados pelos *experts* e as especificidades do contexto do sistema prisional do estado do Rio Grande do Sul, foi elaborada uma intervenção breve, composta por dez sessões de uma hora e meia de duração cada, distribuídas em cinco etapas. Cabe destacar que a pesquisa para avaliação da intervenção construída foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, conforme número de parecer 3.986.297. Considerando que a realização de atividades de pesquisa em estabelecimentos prisionais também exige a aprovação do comitê de ética e pesquisa institucional, o projeto foi também submetido para apreciação deste, tendo sido aprovado para realização após quase um ano de tramitação.

A seguir, serão apresentados os princípios teóricos que embasaram a construção da intervenção e uma descrição de suas etapas e os objetivos de cada um dos encontros. Destaca-se que serão analisados, neste artigo, alguns critérios de Bowen et al. (2009) para estudos de viabilidade, a saber: (1) aceitabilidade/satisfação — reações do público-alvo e da equipe, reflexões sobre os meios de divulgação e identificação do interesse dos participantes em se engajar em novas atividades após a intervenção; (2) demanda — responder “há a necessidade desse tipo de serviço?”

(Durgante & Dell'Aglio, 2017, p. 161); (3) implementação — avaliação dos sucessos e fracassos, recursos presentes e fatores dificultadores; (4) adaptação — responder quais modificações são necessárias, considerando aspectos como conteúdos, estruturas e outros; (5) integração — responder se “é viável introduzir esse tipo de serviço na cultura organizacional?” (Durgante & Dell'Aglio, 2017, p. 161). A aplicação da intervenção foi realizada com 3 grupos distintos.

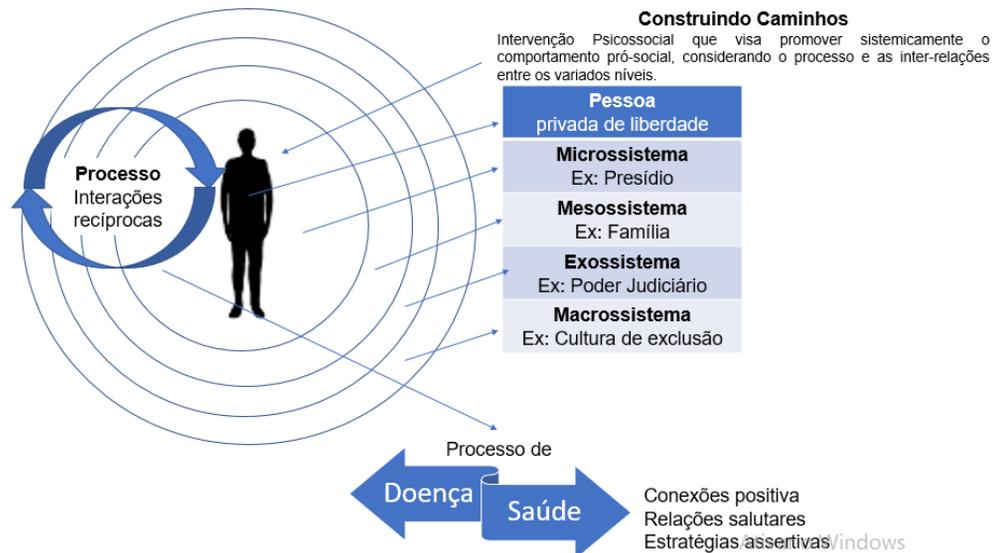
## **BASES TEÓRICAS DA INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL CONSTRUINDO CAMINHOS**

Para a compreensão do contexto e a instrumentalização da intervenção, utiliza-se o conceito de saúde de Saforcada et al. (2007), em que o saudável seria o que permite o desenvolvimento humano, incluindo a atualização e a expansão das potencialidades bio-psico-sócio-culturais das pessoas e de seus entornos; desde que não impliquem na obstaculização desse processo em outras pessoas ou em seus contextos. Esse conceito dialoga com a Abordagem Bioecológica (Bronfenbrenner, 2002).

Conforme Bronfenbrenner (2002), considera-se que o modelo bioecológico, enquanto teoria de desenvolvimento, apresenta aspectos que auxiliam a compreensão de diferentes fenômenos, dentre eles o desenvolvimento e a emissão de comportamentos pró-sociais e antissociais. Estes últimos são considerados fatores de risco para o envolvimento em delitos e, também, reincidência criminal (Patterson, Reid & Dishion, 1992). Sobre esses comportamentos, Dodge (1986), em sua teoria sobre processamento de informações sociais, destaca que são permeados por vieses cognitivos sociais e cognições disfuncionais. Estudos (Crick & Dodge, 1996; Dodge & Schwartz 1997; Lochman et al, 2000) identificaram que diante de sinais ambíguos, crianças e adolescentes que atribuíam uma intenção hostil, respondiam de forma agressiva, denotando que a manifestação de comportamento agressivo está associada a presença de distorções cognitivas no processamento das informações sociais.

Entende-se que o elo entre os conceitos acima está amparado no Pensamento Sistêmico (Bertalanffy, 1975; Capra, 1982/1997), em que essas classes de comportamentos não são processos meramente individuais, são inter-relacionais e as percepções que as pessoas apresentam sobre as situações que vivenciam influenciam diretamente na forma com que vão se comportar em determinado contexto. A Figura 1 busca mostrar como o Construindo Caminhos aborda tais aspectos, em uma perspectiva bioecológica, considerando que, para a promoção de comportamento pró-social, a intervenção abrange os seguintes temas: comunicação, percepções sociais, emoções, relações interpessoais e resolução de conflitos.

Figura 1 – Bases teóricas do Construindo Caminhos



Considerando esses aspectos, o Construindo Caminhos tem como base as seguintes premissas: (1) a comunicação é uma aprendizagem; (2) percepção social é o processo de interpretação da realidade social, incluindo o comportamento das outras pessoas; (3) o processo de percepção social é permeado por diferentes influências; (4) diferentes opiniões ou pontos de vista de uma mesma situação podem surgir, influenciados pela história de vida de cada um (aprendizados); (5) todas as emoções têm uma função adaptativa e estão associadas a uma especificidade contextual e de atribuição de significado; (6) as pessoas constroem um conceito sobre si mesmas e sobre os outros, o qual influencia na forma como se comportam; (7) conflitos fazem parte da experiência humana e a forma de lidar com eles é que faz a diferença; (8) existem formas violentas e não-violentas de lidar com os conflitos, as formas não violentas tendem a ser assertivas; (9) o profissional da psicologia que faz a facilitação do grupo o faz a partir de uma postura acolhedora, com afeto e limites, assumindo uma posição não julgadora, com vistas a promover direitos, saúde e bem-estar no ambiente prisional.

A proposta do programa Construindo Caminhos segue as etapas abaixo descritas. Cada encontro conta com dinâmicas de grupo, que visam a apresentar a temática do encontro e promover reflexões, a partir da discussão entre os participantes, além de técnicas como o *role-play*. A Tabela 1 apresenta as etapas da intervenção, com seus objetivos e número de sessões.

Tabela 1– Etapas da Intervenção Psicossocial

Etapa	Encontro	Objetivo	Atividades
Apresentação	1	Apresentar o programa, conhecer as expectativas dos participantes.	Apresentação do programa com slides, estabelecimento do contrato de trabalho. Dinâmica de grupo “A Teia”, em que os participantes passam um rolo de barbante entre si e depois analisam a forma construída. Proposição da construção coletiva de um livro de memórias. Aplicação dos instrumentos de testagem.
Comunicação	2	Reconhecer a comunicação como uma aprendizagem, diferenciar comunicação violenta e não-violenta.	Dinâmica da caneta, em que os participantes amarram uma caneta no centro de um círculo com um barbante ligado a cada integrante. A missão é colocar a caneta dentro de uma garrafa pet se comunicando. Vídeo com erros de comunicação. Role Play sobre as diferentes formas de transmitir uma mesma mensagem. Slides comunicação violenta e não-violenta.
Percepções Sociais	3	Compreender a percepção social como uma interpretação da realidade, entender que as interpretações realizadas com base na imagem nem sempre correspondem à realidade.	Atividade com “Imagens ambíguas” em slides, em que cada participante diz o que percebe de uma mesma imagem. Slides com imagens de profissões, em que os participantes devem adivinhar a profissão da pessoa pelo aspecto visual. Momento psicoeducativo sobre estereótipos, efeito de halo e expectativas.
Percepções Sociais	4	Entender armadilhas em percepções sociais que resultam em erros de interpretação.	Dinâmica “O Rótulo”, em que cada participante recebe um rótulo para colocar em sua testa e é tratado pelos colegas a partir dessa ideia. Discussão sobre vinhetas de situações em que ocorreram erros a partir das percepções sociais de cada um, pensando em formas de resolução.

Emoções	5	Reconhecer a diversidade das emoções, entender a sua função adaptativa à vida	Vídeo com trechos do filme “Divertida Mente”, abordando emoções básicas. Psicoeducação sobre emoções com slides. Trailer do documentário “O Silêncio dos Homens”. Construção individual de uma máscara de forma criativa, pensando o que está escondido atrás da máscara e como integrar a superfície da máscara com aquilo que ela está encobrindo (adaptado do filme “The mask you live in”).
Emoções	6	Função das emoções básicas, compreender que as emoções de cada um possuem um significado pessoal.	Psicoeducação sobre emoções, role play e discussão sobre emoções, pensando em sinais e formas de agir frente a cada emoção. Leitura do conto “A Fúria e a Tristeza”, de Jorge Bucay (2007). (Adaptado de Goulart, Gomes, De Antoni & Boeckel, 2020).
Relacionamento Interpessoal	7	Entendimento dos elementos constituintes do autoconceito e sua conexão com os relacionamentos interpessoais.	Dinâmica “Você tira o chapéu?”, em que um chapéu com um espelho dentro passa pelo círculo e os participantes dizem se tirariam o chapéu para aquela pessoa que veem dentro do objeto. Leitura e discussão do texto “A águia que (quase) se tornou galinha”.
Relacionamento Interpessoal	8	Identificar situações-problema vivenciadas nas relações interpessoais, compreender que, além de um autoconceito, são desenvolvidos conceitos sobre os outros, o que influencia suas relações.	Discussão em grupo sobre as situações problema vivenciadas pelos participantes. Dinâmica de frases incompletas, em que os integrantes retiram frases incompletas de um pote e precisam acrescentar a forma como reagiriam a uma determinada situação ou emoção. Construção de mapa de rede social adaptado do Sluzki (1997), para identificar pessoas e serviços com quem podem contar individualmente e como grupo.
Resolução de Conflitos	9	Construir estratégias assertivas de resolução de conflitos e retomada de comunicação não violenta.	Construir, coletivamente, formas de resolver assertivamente conflitos. <i>Role play</i> de vinhetas com situações conflitivas, tanto dentro do contexto prisional quanto em liberdade. Síntese dos encontros e organização do livro de memórias.
Avaliação	10	Sintetizar, refletir e consolidar as aprendizagens. Reforçar o vínculo construído.	Conversar sobre como foi o grupo para cada um. Confraternização e entrega dos livros e dos certificados, e aplicação dos instrumentos.

A proposição inicial era que, em cada grupo, estivessem inseridos até 12 participantes privados de liberdade e que os encontros fossem moderados por dois facilitadores, profissionais da psicologia integrantes do quadro de profissionais do estabelecimento prisional, sendo uma a primeira autora do artigo, com experiência ou interesse em intervenções psicossociais. Contudo, em decorrência da pandemia da COVID-19, a partir de março de 2020, houve a suspensão de atendimentos em grupo no sistema prisional. Em abril de 2021, houve a autorização para realização da aplicação da pesquisa-intervenção em grupos, de até 4 pessoas, mediada por uma facilitadora apenas, que é uma das autoras deste relato.

Conforme Carvalho, Santos e Santos (2020), o isolamento necessário para prevenir a contaminação pela COVID-19 tem provocado situações de superisolamento para as pessoas privadas de liberdade. Nesse sentido, identifica-se que a experiência de trabalhar com pequenos grupos mostra-se muito positiva, seja pela percepção de satisfação dos participantes, seja pela oportunidade de desenvolvimento de uma atividade de promoção de saúde em uma situação de aumento de tensão e vulnerabilidade, como tem sido a pandemia da COVID-19. Considera-se, ainda, como viável o desenvolvimento das atividades com grupos entre três e doze participantes. Este seria um aspecto a ser considerado no critério de adaptação (Bowen et al, 2009).

## **APLICAÇÃO DA INTERVENÇÃO**

A implementação e a captação de interessados em participar voluntariamente da intervenção constitui o passo inicial do Construindo Caminhos. O estabelecimento prisional onde a aplicação da intervenção foi realizada já possuía um protocolo de divulgação de atividades, o qual foi seguido. A divulgação consistiu em entregar a uma pessoa privada de liberdade, a qual realiza uma função de representante, um cartaz com informações sobre a atividade, juntamente com uma lista de inscrição. Na linguagem utilizada na cadeia, permeada por gírias, essa função de representante é nomeada como homem da planilha (Bassani, 2016) ou planilheiro, e trata-se de um cargo de trabalho interno, regido pela Lei de Execução Penal (Brasil, 1984; Brasil, 2003a), com a pessoa recebendo remição de pena para desenvolver trabalhos que envolvem organização de visitas íntimas e de planilhas (Bassani, 2016). Esse foi o procedimento seguido no regime fechado e no regime semiaberto. Em relação à aplicação da intervenção na cozinha do regime fechado, quem fez a divulgação foi uma pessoa privada de liberdade que trabalhava como cozinheiro no local.

No dia previamente agendado, os interessados em participar da intervenção foram recebidos em uma sala, com as cadeiras previamente organizadas em círculo. No primeiro encontro realizou-se as boas-vindas ao grupo, com a apresentação do programa Construindo Caminhos. A partir de slides foi apresentada uma linha do tempo com as temáticas que seriam abordadas ao longo dos encontros. Também se propôs enfatizar a importância da participação contínua no processo do grupo, introduzindo o contrato de trabalho, nomeado de "Regras do Grupo", que foi em parte construído coletivamente entre os integrantes. Utilizou-se a estratégia de entregar a cada participante a proposta inicial das regras escrita em uma folha de papel seguida de uma leitura esclarecida de cada item, considerando que todos os participantes sabiam ler e escrever. Essa proposta iniciou abordando a frequência e a duração dos encontros e estabelecendo que eventuais alterações no horário, que pudessem ocorrer devido à rotina do estabelecimento prisional, seriam informadas previamente e que o encontro seria reagendado.

Em seguida, informou-se o objetivo da intervenção, qual seja, o de promoção de saúde e de preparação para a vida após o cumprimento da pena, além dos temas que seriam abordados nos encontros (comunicação, percepções sociais, emoções, relações interpessoais e resolução de conflitos). Os participantes foram informados de que deveria ocorrer respeito às diferentes opiniões, com cada um esperando sua vez de falar; faltas, atrasos e saídas antes do término do encontro não seriam permitidas, e saídas ao banheiro deveriam ser evitadas.

Destacou-se ainda os conceitos de sigilo e anonimato, que foram explicados da seguinte forma: “não é possível falar para pessoas de fora do grupo as opiniões e informações emitidas pelos participantes durante os encontros, reforçando que o que cada participante fala no grupo fica no grupo. Contudo, é possibilitado com partilhar com pessoas de fora do grupo os temas que são abordados nos encontros, caso assim desejem”. Também foi ratificado que a facilitadora não passaria informações do grupo para pessoas externas, incluindo o Poder Judiciário. Buscou-se fomentar a reflexão crítica dos participantes sobre a importância dessas regras de convívio, questionando o que pensavam sobre elas e quais que regras entendiam que deveriam ser incluídas.

Cabe destacar que, considerando que o estabelecimento prisional onde a intervenção foi realizada não apresentava uma estrutura que garantisse o sigilo total das informações, pois as atividades foram realizadas em locais onde eventualmente ocorria trânsito de agentes penitenciários, policiais civis e militares e pessoas presas, realizou-se a combinação de que, quando alguém externo ao grupo se aproximasse, seria feita uma pausa no que estivesse sendo falado. Destaca-se que, durante a realização dos encontros, houve pausas, com a discussão sendo interrompida até a pessoa externa se afastar ou com o grupo sinalizando para a facilitadora do grupo a possibilidade de a atividade seguir, mesmo com a presença externa por alguns minutos. Em relação à inclusão de regras sugeridas pelos participantes, em um dos grupos realizados houve a seguinte: “assuntos do grupo ficam no grupo, para todos terem liberdade de falar e não se sentirem coibidos”, ratificando a importância do sigilo.

Além do contrato de trabalho, no primeiro encontro foi proposta a construção de um livro de autoria coletiva do grupo, para registrar o que os participantes acharam importante em cada encontro. No último encontro, esse livro foi entregue em formato impresso, um exemplar para cada integrante. Por último, nesse primeiro encontro, foi realizada a aplicação dos instrumentos de pesquisa, que têm a proposta de serem realizados na primeira e na última sessão do processo grupal, para comparativo. Os instrumentos aplicados foram: (1) Mini Exame do Estado Mental (MEEM) (Seabra et al., 1990); (2) Escala de Comportamento Interpessoal – Versão Reduzida (ECI-R) (Vagos & Pereira, 2010); (3) *Emotion Regulation Questionnaire (ERQ)* (Gross & John, 2003); (4) *State-Trait Anger Expression Inventory (STAXI 2)* (Spielberger 1991, 2010).

Ao longo dos demais encontros, o diálogo se estabeleceu entre os participantes e a facilitadora, com base em: um primeiro momento de retomada do encontro precedente, a partir do que chamou a atenção dos participantes; seguido de uma atividade dinâmica de grupo, um momento de reflexão sobre a atividade; utilização de recursos audiovisuais, como slides com conteúdos psicoeducativos e vídeos; explicações dos temas referentes ao encontro; conversas de reflexão; e, finalizando, uma síntese do encontro e conversa sobre o livro, para registrar o que gostariam de acrescentar à construção coletiva.

A profissional que esteve na função de facilitadora do grupo manteve uma postura colaborativa, estimulando o diálogo entre os participantes e valorizando as percepções trazidas por eles, conectando as experiências aos conteúdos abordados em cada encontro. Nesse sentido, corrobora-se Rijo et al. (2007) sobre a importância de uma postura acolhedora e não julgadora. Sobre esse aspecto, destaca-se que os participantes afirmaram sentir-se em um ambiente seguro para expor suas opiniões e que as atividades realizadas aumentavam a sensação de bem-estar. Ademais, eles comentaram que indicariam que outras pessoas participassem da intervenção, evidenciando o aspecto de aceitabilidade/satisfação na análise da viabilidade (Bowen et al, 2009).

Todas as atividades da intervenção têm o intuito de favorecer com que os participantes exponham suas percepções e vivências e reflitam sobre as diferentes formas de lidar com as situações, de modo a conseguirem, inicialmente, identificar e, posteriormente, emitir comportamentos assertivos, como forma de lidarem com os desafios que enfrentam em suas relações interpessoais intra e extramuros. Corroborando, assim, Jain et al. (2018) e Astbury (2008) sobre a importância do princípio da responsividade para o fortalecimento de aspectos positivos que podem mitigar riscos de reincidência, haja visto o foco na adesão a novas formas de perceber situações e resolver conflitos.

No que tange aos desafios na implementação da intervenção Construindo Caminhos, considerando a experiência com os três grupos realizados no mesmo estabelecimento prisional, destacam-se situações que dialogam com os achados de Mello et al. (2017). As autoras, em artigo que aborda a realização de pesquisas empíricas no sistema prisional, apontam que ocorrem uma série de dificuldades em sua execução, incluindo questões burocráticas e aspectos que geram obstaculização, tais como o fato de os pesquisadores serem percebidos como risco ou como trabalho adicional à segurança do local.

Dentre as situações burocráticas vivenciadas, destaca-se o tempo decorrido na avaliação do projeto junto ao comitê de ética em pesquisa da instituição, que levou quase um ano, além da exigência de que a pesquisa fosse realizada num prazo máximo de três meses, para emitir parecer favorável. No escopo de uma pesquisa empírica, como a que esteve associada a este relato de experiência, tais prazos podem impactar de forma negativa na execução de delineamentos de pesquisa experimentais, que exigem medidas de seguimento, por exemplo. Cabe, contudo, destacar que tais aspectos foram potencializados pela pandemia da COVID-19 (Carvalho, Santos & Santos, 2020), que também gerou a necessidade de distanciamento social e de inclusão de menos participantes em cada grupo. Tais aspectos criaram a necessidade de adaptar o delineamento do estudo, com a retirada do estudo-piloto e a adoção de uma avaliação de viabilidade, em detrimento da avaliação de efetividade.

Já no que tange à percepção dos agentes penitenciários sobre pesquisadores serem um risco ou trabalho adicional à segurança (Mello et al., 2017), destaca-se que, apesar de a maioria dos encontros ter sido pautada por um clima amistoso, houve situações em que agentes penitenciários verbalizaram desconforto. Um deles comentou "lá vem a chata de novo", para se referir à facilitadora do grupo; e houve situações nas quais os agentes penitenciários referiram-se à impossibilidade de o encontro ser realizado, havendo uma mudança de postura quando a direção do estabelecimento prisional interveio. Durante a realização dos 10 encontros, houve a necessidade de a pesquisadora reiteradamente informar aos agentes penitenciários os objetivos e duração da intervenção.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Construindo Caminhos pode ser considerado uma ferramenta de promoção de saúde e de preparação para a liberdade com pessoas pré-egressas do sistema prisional, ou seja, que se encontram privadas de liberdade. Este estudo de viabilidade permitiu aferir que as reações do público-alvo foram de engajamento e valorização, com o preenchimento de todas as vagas disponibilizadas pelo meio de comunicação utilizado, participação em todos os encontros e observação de demonstrações de satisfação dos participantes durante todo o processo. Essas características respondem de forma assertiva ao critério aceitabilidade/satisfação (Bowen et al, 2009), incluindo a recomendação para novos participantes.

O Construindo Caminhos, por ser uma intervenção breve, pode ser realizada de forma integrada com outras práticas de atenção psicossocial. Apresenta-se como uma ferramenta de trabalho possível de ser realizada no contexto do sistema prisional do Brasil que, por suas peculiaridades, apresenta desafios para adesão de intervenções de longo prazo, em especial por aspectos institucionais que obstaculizam tais processos e também por características da própria população prisional, que costuma apresentar rotatividade. Levar em consideração essas peculiaridades permitiu enfrentar esses desafios e potencializar aspectos positivos em prol da implementação da intervenção.

Pode-se salientar o potencial da intervenção para fortalecer fatores de proteção, em especial a flexibilização de percepções sociais que amplificam a exclusão, a comunicação não violenta e a possibilidade de planejamento para a vida extra-muros, considerando a rede de apoio, aspectos que são fatores de proteção para a manutenção de níveis de saúde durante o aprisionamento e para o futuro egresso do sistema prisional. Evidencia-se, ainda, o potencial dessa intervenção para compor programas em articulação com as assistências previstas na Lei de Execução Penal (Brasil, 1984; 2003).

Também se ressalta que as dinâmicas de grupo realizadas, aliadas a uma postura colaborativa e acolhedora da facilitadora do grupo, visaram possibilitar que os participantes compartilhassem narrativas de vida, o que foi identificado quando falavam sobre suas opiniões e vivências, e experienciassem e fortalecessem formas assertivas de manejar conflitos. Esse aspecto ficou evidenciado nas atividades de *role-play* e nos relatos que traziam sobre como haviam manejado situações de conflito que vivenciaram na semana que antecedia cada encontro. A abordagem das relações interpessoais, a partir do autoconceito e do conceito que se tem de pessoas e situações, pode possibilitar o fortalecimento de comportamentos assertivos e de redes de apoio.

Ademais, pode-se considerar que o critério demanda, caracterizado pela questão “há a necessidade desse tipo de serviço?” (Durgante & Dell’Aglia, 2017, p. 161), é respondido positivamente, sendo corroborado pelo interesse e pelo engajamento dos participantes. No que tange a adaptações necessárias, identifica-se que um fator a ser levado em conta quanto à replicação desta proposta em outros estabelecimentos prisionais é de que a forma de divulgação deve sempre estar adaptada ao contexto, não sendo indicado que o modelo aqui escolhido seja replicado sem uma análise prévia.

Cabe também uma reflexão sobre se a divulgação mediada por pessoas presas que trabalham no local, que neste estudo foram nomeadas representantes — mas que na linguagem da cadeia são conhecidos por homens da planilha (Bassani, 2016) ou planilheiros — pode ser considerado um fator positivo ou

negativo a adesões, considerando as relações de poder estabelecidas e fomentadas pela prisionização. Nessa experiência, considerando o número limitado de vagas pela pandemia, este fator não foi impactante, mas deve ser levado em consideração em experiências futuras.

Também se propõem reflexões quanto aos instrumentos da pesquisa, que precisam ser aplicados em uma amostra maior para que possa ser identificado para aferir mudanças nesse contexto. Considera-se ainda que, apesar das demonstrações de estranhamento e desconforto da equipe de segurança, trata-se de uma intervenção breve, possível de ser introduzida, como fator de proteção à saúde, na cultura organizacional do sistema prisional brasileiro.

## REFERÊNCIAS

- Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e Comissão da Cidadania e Direitos Humanos** (2017). *Relatório final subcomissão especial sobre tratamento penal*. Recuperado de [http://www.al.rs.gov.br/download/SubTratamento%20Penal/Relat%C3%B3rio%20Fin al%20Subcomiss%C3%A3o%20Tratamento%20Penal.pdf](http://www.al.rs.gov.br/download/SubTratamento%20Penal/Relat%C3%B3rio%20Final%20Subcomiss%C3%A3o%20Tratamento%20Penal.pdf)
- Astbury, B.** (2008). Problems of implementing offender programs in the community. *Journal of offender rehabilitation*, 46(3- 4), 31-4.
- Bandeira, M. M. B** (2012). *Sistema prisional: Contando e recontando histórias: As oficinas de contação de histórias como processos inventivos de intervenção*. Curitiba, PR: Juruá.
- Bandeira, M. M. B., Camuri, A. C., & Nascimento, A. R.** (2011). Exame criminológico: Uma questão ética para a psicologia e para os psicólogos. *Mnemosine*, 7(1), 27-61.
- Barros, V. A., & Amaral, T. V. F.** (2016). O trabalho do(a) psicólogo(a) no sistema prisional. In F. França, P. Pacheco, & R. T. Oliveira (Orgs.). *O trabalho da(o) psicóloga(o) no sistema prisional: Problematizações, ética e orientações* (pp. 55-72). Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.
- Bassani, F** (2016). *Visita íntima: sexo, crime e negócios nas prisões*. Editora Bestário, Porto Alegre.
- Bertalanffy, L.** (1975). *Teoria Geral dos Sistemas*. Porto Alegre, Ed. Vozes.
- Bocco, F.** (2013). A psicologia no Estado Penal: possibilidades e estratégias para subverter a judicialização. In: C. Coimbra, L. S. M. Ayres, & M. L. Nascimento (Orgs.), *Pivetes: Encontros entre a psicologia e o judiciário* (pp. 116-123). Curitiba, PR: Juruá.
- Bowen, D. J., Kreuter, M., Spring, B., Cofta-Woerpel, L., Linnan, L., Weiner, D., Fernandez, M.** (2009). How we design feasibility studies. *American Journal of Preventive Medicine*, 36(5), 452-457. doi: 10.1016/j.amepre.2009.02.002.
- Brasil** (1984). *Lei nº 7.210 de 11 de Julho de 1984*. Institui a Lei de Execução Penal. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/L7210.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L7210.htm)
- Brasil** (2003a). *Lei n.º 10.792/2003*. Altera a Lei no 7.210, de 11 de junho de 1984 - Lei de Execução Penal e o Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal e dá outras providências. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.792.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.792.htm)

- Brasil.** (2003b). Ministério da Saúde. *Conselho Nacional de saúde. Resolução nº 333/2003.* Aprova as diretrizes para criação, reformulação, estruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde.
- Brasil** (2014). *Portaria Interministerial nº1 de 02 de Janeiro de 2014.* Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Recuperado de [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/pri0001\\_02\\_01\\_2014.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/pri0001_02_01_2014.html)
- Brazão, N. Motta, C., Rijo, D., Salvador, M.C., Pinto-Gouveia, J., & Ramos, J.** (2015 a). Clinical change in anger, shame, and paranoia after a structured cognitive-behavioral group program: Early findings from a randomized trial with male prison inmates. *J Exp Criminol.* DOI 10.1007/s11292-014-9224-5
- Brazão, N. Motta, C., Rijo, D., Salvador, M.C., Pinto-Gouveia, J., & Ramos, J.** (2015 b). Clinical Change in Cognitive Distortions and Core Schemas After a Cognitive-Behavioral Group Intervention: Preliminary Findings from a Randomized Trial with Male Prison Inmates. *Cognitive Therapy and Research* v.39, p.5 pp 578–589
- Bronfenbrenner, U.** (2002). *A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados* (M. A. V. Veronese, Trad.). Porto Alegre, RS: Artmed. (Original publicado em 1979).
- Capra, F.** (1982) *O Ponto de Mutação.* São Paulo, Cultrix.
- Capra, F.** (1997). *A Teia da Vida.* São Paulo, Cultrix.
- Carvalho, S.** (2011). O papel da perícia psicológica na execução penal. In: H. S. Gonçalves, & E. P. Brandão (Orgs.), *Psicologia jurídica no Brasil* (pp. 175-197). Rio de Janeiro, RJ: Nau.
- Carvalho, S. G de, Santos, A. B. S. dos, & Santos, I. M. A.** (2020). A pandemia no cárcere: intervenções no superisolamento. *Ciência & saúde coletiva* 25 (9) 28. doi: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.15682020>
- Conselho Federal de Psicologia** (2012). *Referências Técnicas para a atuação das (os) psicólogas (os) no Sistema Prisional.* Recuperado em 02 de Abril, 2018 de <https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-a-atuacao-das-os-psicologas-os-no-sistema-prisional/>
- Conselho Federal de Psicologia** (2021). *Referências Técnicas para a atuação das (os) psicólogas (os) no Sistema Prisional.* Recuperado em 02 de Dezembro de 2021 de <https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-psicologas-os-no-sistema-prisional/>
- Crick, N. R., & Dodge, K. A.** (1996). Social information-processing mechanisms on reactive and proactive aggression. *Child Development*, 67(3), 993–1002. <https://doi.org/10.2307/1131875>
- Departamento Penitenciário Nacional & Ministério da Justiça e Segurança Pública** (2016). Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Recuperado em 20 de novembro de 2018, de <https://www.conjur.com.br/dl/infopen-levantamento.pdf>
- Dodge, K. A.** (1986). A social information processing model of social competence in children. In M. Perlmutter (Org.), *Minnesota Symposium in Child Psychology. Cognitive perspectives in children's social and behavioral development* (Vol. 18, pp. 77-125). Hillsdale, New Jersey: Erlbaum.
- Dodge, K. A., & Schwartz, D.** (1997). Social information processing mechanisms in aggressive behavior. In D. M. Stoff, J. Breiling, & J. D. Maser (Eds.), *Handbook of antisocial behavior* (pp. 171–180). John Wiley & Sons Inc.

- Durgante, H., & Dell’Aglío, D. D.** (2017). Critérios metodológicos para a avaliação de programas de intervenção em Psicologia. *Avaliação Psicológica*, 16(4). Recuperado de <https://submission-pepsic.scielo.br/index.php/avp/article/view/13986>
- Genovés, V. G., & Piñana, A. M.** (1996). El modelo cognitivo aplicado a delinquentes institucionalizados: el pensamiento prosocial. *Revista Complutense de Educación*, 7(2).
- Goulart, A.D., Gomes, J. De Antoni, C., Boeckel, M.G.** (2019). *Elaboração e avaliação de um protocolo de intervenção psicossocial em grupo com homens acusados de violência contra a mulher: Um estudo piloto*. Trabalho de Conclusão de Curso de Psicologia apresentado à Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre.
- Gross, J.J., & John, O.P.** (2003). Individual differences in two emotion regulation processes: Implications for affect, relationships, and well-being. *Journal of Personality and Social Psychology*, 85, 348-362.
- Hoffmann, M. F.** (2012). Fazendo arte na prisão. In: S. Martins, A. Beiras, & R. M. Cruz (Orgs.), *Reflexões e experiências em psicologia jurídica no contexto criminal/penal* (pp. 175-198). São Paulo, SP: Vetor.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA].** (2015). O desafio da reintegração social do preso: uma pesquisa em estabelecimentos prisionais. Recuperado em 12 de outubro de 2018 de [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4375/1/td\\_2095.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4375/1/td_2095.pdf)
- Jain, P.K., Kaur, S., Neha, & Malhotra, B.** (2018). “What work” and “What doesn’t work” in rehabilitation of offenders: a general perspective. *International Journal of Business Management & Research (IJBMR)* ISSN (P): 2249-6920; ISSN (E): 2249-8036 Vol. 8, Issue 1, Feb 2018, 11-18.
- Karam, M. L.** (2011). Psicologia e sistema prisional. *Revista EPOS*, 2(2).
- Kolker, T.** (2011). A atuação dos psicólogos no sistema prisional. In: H. S. Gonçalves, & E. P. Brandão (Orgs.), *Psicologia jurídica no Brasil* (pp. 199-251). Rio de Janeiro, RJ: Nau.
- Lochman, J. E., Whidby, J. M., & FitzGerald, D. P.** (2000) Cognitive-Behavioral assessment and treatment with aggressive children. In: Kendall PC. *Child & Adolescent Therapy. Cognitive-Behavioral Procedures*. New York: The Guilford Press.
- Malaguti, B.V.** (2008) “Adeus às ilusões ‘re’”. In: Coimbra, C. M. B. et. al. *Pivetes: encontros entre a Psicologia e o Judiciário*. Curitiba: Juruá Ed., 2008, pp. 195-199.
- Mello, P. V., Silva, J. C., Rudnick, D., & Costa, A. P. M** (2017). Pesquisa empírica no sistema prisional: construindo experiências. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, v 4, n. 3, p. 129-144.
- Ministério da Justiça e Segurança Pública e Departamento Penitenciário Nacional** (2017) *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Atualização - Junho de 2016*. Recuperado em 14 de Agosto de 2018 de <https://www.conjur.com.br/dl/infopen-levantamento.pdf>
- Organização das Nações Unidas [ONU]** (2015). *Regras Mínimas para tratamento de Presos*. Acessado de [https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/Nelson\\_Mandela\\_Rules-P-ebook.pdf](https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/Nelson_Mandela_Rules-P-ebook.pdf)
- Patterson, G. R., Reid, J. B., & Dishion, T.J.** (1992) *Antisocial Boys*. Castalia; Eugene, OR.
- Rauter, C.** (2007). Clínica e Estratégias de resistência: perspectivas para o trabalho do Psicólogo em Prisões. *Psicologia e Sociedade*, 19(2), 42-47.

- Rijo, D., & Sousa, M. N.** (2004). Gerar Percursos Sociais (GPS), um programa de prevenção e reabilitação para jovens com comportamento desviante – bases conceituais, estrutura e conteúdos. *Infância e Juventude*, 4(2), 33-74.
- Rolim, K.I., Oliveira, E.L., Neis, L., Falcke, D** (2021). Intervenções psicológicas em contexto prisional: Revisão sistemática. *Interação em Psicologia*, vol 25 n 01111 DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/riep.v25i1.67648>
- Ross, R., & Fabiano, E.** (1985). *Time to think: A cognitive model of delinquency prevention and offender rehabilitation*. Johnson City, TN: Institute of Social Sciences and Arts. cogcen@canada.com
- Ross, R., Fabiano, E., Garrido, V., & Gómez, A.** (1993) *El pensamiento prosocial*. Madrid: MEPSA.
- Rossotti, B. G. P., & Bicalho, P. P. G.** (2012). Por uma outra Psicologia no cárcere: Presos provisórios, processos de criminalização e produção de subjetividade. In: S. Martins, A. Beiras, & R. M. Cruz (Orgs.), *Reflexões e experiências em psicologia jurídica no contexto criminal/penal* (pp. 81-108). São Paulo, SP: Vetor.
- Saforcada, E., Cervone, N., Castellá, J., Lapalma, A., & De Ellis, M.** (orgs.). (2007). *Aportes de la Psicología Comunitaria a problemáticas de la actualidad latino-americana*. JVE Ediciones.
- Seabra, M. L. V., Concilio, G., Villares, J. B., & Carlini, E. A.** (1990). Avaliação do teste “Mini-mental state” em voluntários e pacientes brasileiros. *Rev Bras Psiquiatria*; 12(1/4):1-29.
- Silva, V. P. B.** (2012). *Promoção de competências em contexto prisional: avaliação de eficácia*. Universidade de Aveiro Ano 2012, Departamento de Educação. Dissertação de Mestrado.
- Soares Filho, M. M., & Bueno, P. M. M. G.** (2016). Demografia, vulnerabilidades e direito à saúde da população prisional brasileira. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, p. 1999-2010.
- Spielberger, C. D.** (2010). *Inventário de Expressão de Raiva como Estado e Traço*. (S.T.A.X.I. 2): Manual Técnico. São Paulo: Vetor.
- Tong, L. S. J., & Farrington, D. P.** (2006). How effective is the “Reasoning and Rehabilitation” programme in reducing reoffending? A meta-analysis of evaluations in four countries. *Psychology, Crime & Law*, 12(1), 3-24.
- Vagos, P., & Pereira, A.** (2010). Escala de Comportamento Interpessoal: Adaptação para a língua portuguesa. *Laboratório de Psicologia*, 8(1), 37-49.
- World Prison Brief** (2021). *World Prison Brief Data*. Recuperado em 24 de Setembro, 2021, de <https://www.prisonstudies.org/world-prison-brief-data>.

### **KAMÊNI IUNG ROLIM**

Psicóloga, doutora em psicologia, professora do Curso de Psicologia da IENH, psicóloga técnica superior penitenciária, integrante do Núcleo de Estudos de Família e Violência (NEFAV), foi bolsista Capes Prosup.

<https://orcid.org/0000-0003-0474-8414>

E-mail(s): [kameniungrolim@gmail.com](mailto:kameniungrolim@gmail.com)

### **MARCELA NUNES PENNA**

Psicóloga graduada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, atua como psicóloga clínica, mestranda em psicologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bolsista do CNPq.

<https://orcid.org/0000-0002-7768-6966>

E-mail(s): [marcelanpenna@gmail.com](mailto:marcelanpenna@gmail.com)

### **DENISE FALCKE**

Psicóloga, terapeuta de casal e família, doutora em psicologia, professora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Unisinos, coordenadora do Núcleo de Estudos de Família e Violência (NEFAV) e bolsista de produtividade do CNPq.

<https://orcid.org/0000-0002-4653-1216>

E-mail(s): [dfalcke@unisinos.br](mailto:dfalcke@unisinos.br)